



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE DEFESA DO DIREITO DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

**REQUERIMENTO Nº , de 2018
(Do Sr. Mandetta)**

Requer a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência o envio de Indicação ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para que sugira ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a inclusão do autismo no Censo Demográfico de 2020 com o fim de apurar a quantidade e a condição socioeconômica das pessoas que se enquadram dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 117, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o plenário desta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o envio de Indicação ao Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para que sugira ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a inclusão do autismo no Censo Demográfico Nacional de 2020, com o fim de apurar a quantidade e a condição socioeconômica das pessoas que se enquadram dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.764/2012, §2º, art. 1º, equipara o autismo à condição de deficiência para todos os efeitos legais. Tendo em vista o avançado trâmite do Projeto de Lei nº 6.575/2016, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, o qual obriga a inserção das especificidades do autismo nos censos demográficos já a partir de 2018, se faz urgente a adoção de medidas por parte do Poder Executivo, uma vez que tais informações se já incluídas no Censo Demográfico de 2020, censo nacional, poderão apurar a quantidade e a condição socioeconômica das pessoas incluídas no Transtorno do Espectro Autista – TEA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A equiparação do autismo à deficiência autoriza, por si só, sua inclusão nos censos demográficos. Isso porque a Lei nº 7.853/1989, artigo 17, determina que todos os censos demográficos realizados no país devem incluir “as questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País”. E desde que a lei torna o autismo equivalente a pessoa com deficiência, o censo pode e deve abarcá-lo.

Cabe lembrar que o IBGE incluiu pela primeira vez o autismo em uma de suas ações, na Pesquisa Nacional de Saúde de 2013. Contudo, mesmo com tal avanço, o autismo restou inserido dentro do rol de deficiências intelectuais, e sua condição especificamente não foi compilada e publicada no resultado dessa pesquisa.

Assim, diante da dúvida de quando de fato o autismo será incluído nos censos do IBGE, o PL nº 6.575/2016, da Deputada Carmen Zanotto, do qual fui Relator, determina que o censo deve incluir, dentre as deficiências, a condição do autismo, sendo que esse projeto já foi aprovado em todas as comissões de mérito da Câmara dos Deputados, estando atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por outro lado, sabe-se que a realização do censo demográfico, tal como o censo nacional que ocorrerá em 2020, demanda prolongado planejamento e estruturação antes de sua efetiva implantação, motivo pelo qual reforçamos a importância da preparação do IBGE para inserção do autismo em suas análises nesse momento prévio e para que possa repercutir de forma a produzir efeitos legais na sociedade e assim gerar políticas públicas que abranjam e beneficiem as pessoas que se enquadram no espectro autista.

Sala das Sessões, em de de 2018.

MANDETTA
Deputado Federal
DEMOCRATAS/MS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2018
(Do Sr. Mandetta)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a inclusão do autismo no Censo Demográfico de 2020 com o fim de apurar a quantidade e a condição socioeconômica das pessoas que se enquadram dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,

Encaminhamos sugestão de que o Poder Executivo adote providências no sentido de sugerir a inserção do autismo nos Censo Demográfico de 2020, censo nacional, com o fim de apurar a quantidade e a condição socioeconômica das pessoas com autismo, tendo em vista o avançado trâmite do Projeto de Lei nº 6.575/ 2016 com mesmo fim, bem como a Lei nº 12.764/2012, §2º, art. 1º, que equipara o autismo à condição de deficiência para todos os efeitos legais.

A elevação do autismo à condição de deficiência autoriza sua inclusão nos censos demográficos. Isso porque a Lei nº 7.853/1989, artigo 17º, determina que todos os censos demográficos realizados no país devem incluir “as questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País”. Uma vez que a lei torna o autismo equivalente a pessoa com deficiência, o censo pode e deve abarcá-lo.

